

Jornal da

Ano 6 - Nº 46 - agosto 2006
Secção Pernambuco

OAB

PERNAMBUCO

Impresso
Especial

406500888-2/2002-DR/PE
OAB

CORREIOS



OAB-PE chega a Afrânio:

encurtando distâncias, integrando
valores e fortalecendo a cidadania



A cidade de São Paulo atravessou no último mês de agosto mais uma rodada infernal de ataques promovidos pela facção criminosa PCC contra diversos alvos civis e públicos, levando o pânico de volta à população após o primeiro ciclo de atentados ocorrido em maio, obrigando outra vez comerciantes e estabelecimentos a fecharem mais cedo, e, o que é pior, reacendendo na mídia o tema sempre traumático da crise do aparato de segurança.

Simultaneamente e quase por ironia do destino, foi iniciado o horário eleitoral gratuito de rádio e televisão vinculado às eleições gerais marcadas para o próximo mês de outubro, quando serão escolhidos os novos rostos que, a partir de janeiro de 2007, assumirão as rédeas da imensa Nau chamada Brasil e das embarcações que a auxiliam, os chamados Estados-Membros.

Fixando-se, então, um paralelo imaginário entre ambos os registros e não pairam dúvidas de que o modelo de segurança em aplicação, de viés fortemente repressivo, entrou faz tempo em colapso e que agoniza, decadente e entredado, na UTI do descrédito e da frustração; além disso, por mais que as autoridades insistam em jogar umas para as outras a responsabilidade pelo caos vivido por centenas de pais e mães de família de Norte a Sul, uma coisa é certa: como está é que não se pode mais prosseguir. Ou bem prevalece a decência, ou bem sagra-se vitoriosa a anarquia. Não há coluna no meio.

Despidos, nada obstante, de qualquer pudor, considerando-se acima das leis e convenções sociais, não bastasse o pandemônio então disseminado na maior metrópole da América Latina, os bandidos do PCC não

hesitaram em dar um salto ainda mais ousado em seus planos e seqüestraram durante 40 horas um repórter e um cinegrafista da Rede Globo, no intuito de forçá-la a exibir em horário nobre um vídeo caseiro onde fazia referida facção críticas e reivindicações no que se refere ao chamado regime disciplinar diferenciado, instituído através da Lei nº 10.792/2003, o qual é considerado como cruel e conflitante ao princípio da ressocialização do apenado, pelos líderes do PCC.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por sua vez, vem de modo incansável denunciando a absoluta letargia em que patinam os encarregados pela segurança no que tange a uma mais contundente reação a ser adotada contra semelhante clima de barbúria. O presidente nacional da entidade, Roberto Busato e os presidentes das suas 27 Seccionais têm com frequência vindo a público cobrar medidas que restituam às pessoas a confiança para saírem as ruas novamente.

Convém, pois, que se aproveite com sapiência este momento singular da história e de possibilidade de renovação do quadro político, após os vendavais de tantos escândalos, para dar à questão da segurança a amplitude que ela desafia, não mais tolerando o seu aproveitamento oportunista como mote para frases de efeito nos palanques das eleições que se avizinham.

Em outubro, ao votar, deve o cidadão lembrar-se disso e fazer a sua escolha consciente de que, votando errado, estará colaborando, mesmo involuntariamente para financiar a orgia de abusos e intimidações do crime organizado contra a cidadania e o princípio da liberdade que é a base do Estado Democrático.

Nota de falecimento

O mundo jurídico está de luto com o falecimento do advogado José Piauhylino de Mello Monteiro, pai do também advogado e atual deputado federal Luiz Piauhylino. A missa de sétimo dia, que contou com a presença de diversas personalidades do direito local, foi realizada na igreja do Colégio Salesiano, no bairro da Boa Vista, no último dia 21 de agosto. À família, os pésames e as condolências de todos os que fazem a OAB-PE.



Bandeira é empossado desembargador do TJPE



O advogado Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, nomeado desembargador do TJPE pelo governador Mendonça Filho, no começo do mês de agosto, escolhido na lista tríplice do quinto constitucional para ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Dário Rocha, tomou posse no último dia 22 do mesmo mês, em solenidade realizada no salão do pleno desse tribunal, que traz o nome do desembargador Antônio de Brito Alves, também egresso do quinto constitucional naquela corte, onde atuou entre os anos de 1987 e 1991. Ao novo empossado, os melhores votos de uma profícua trajetória de magistrado.

Relação do Conselho OAB-PE Triênio 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: Júlio Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Secretário-Geral: Ticiano Domingues da Silva
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barros de Tacerda

CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa
Almeida Nunes da Silva
Albino Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
Anastácia de Alcântara Brito
Cleodion Finséa
Daniel Lima Araújo
Djair de Souza Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Edvaldo Santana da Silva
Elaine Maranhão Barbosa
Erik Limongi Sial
Francisco José de Araújo Gonçalves
Glória Maria Pontual de Moraes Oliveira
Graça Maria Brito Garrido Paz
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Maros
Hélio Gergel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
Hermes Bezerra de Brito Júnior
João Pinheiro Lima
José Alberto de Lima Filho
José Máximo de Melo
José Milton Monteiro de Figueiredo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Lúcia Helena Pinheiro Lima
Manoel Luciano Silva de Lima
Marivaldo José Peixoto
Marly Regalado da Silva
Mécio Murilo de Siqueira Barbosa
Nely Moraes Pinheiro
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Othoniel Furtado Gueiros Neto
Paulo César Andrade Siqueira
Renato Santos Pinheiro Filho
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Pellegrino de Azevedo
Sílvia Neves Baptista Filho
Viviana Augusta Pimentel Rodrigues
Walmirino Santos Evangelista

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Júnior
Cecílio de Oliveira Leão
Doray de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademar Rigueira Neto
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
José Joaquim de Almeida Neto
Marcelo Antônio Brandão Lopes
Ubirajara Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidente: Tadeu Sávio Souta de Lira
Secretário: Alton Coelho de Andrade Filho
Secretário Adjunto: Alexandre Gustavo Pinheiro de Araújo
Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUY DA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretora de Comunicação: Inah Moory Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior
Secretário-Geral: Djair de Souza Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Elaine Maranhão Barbosa
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

Defensoria Pública

É por lutar de modo intransigente, considerando que a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é dever indeclinável do Estado, de acordo com o inciso LXIV do artigo 5º da Constituição Cidadã de 1988, que a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco protocolou no dia 11 de agosto, "Dia do Advogado", no Palácio do Campo das Princesas, o ofício de nº 636/2006-GP, endereçado ao governador do Estado, José Mendonça Bezerra Filho, reafirmando a necessidade imperiosa da nomeação dos 135 defensores públicos recente-

mente aprovados em concurso público homologado no dia 29 de junho.

O presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, lembrou que a Defensoria Pública é órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial integral e gratuita aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses em todos os graus de jurisdição.

Oliveira ressalta que a assistência jurídica que a Defensoria Pública vem prestando à população é extremamente insuficiente e precária por causa do número reduzidíssimo de

defensores, que são remanescentes da extinta Assistência Judiciária do Estado.

A Defensoria Pública tem um déficit hoje de 122 cargos vagos, resultante de aposentadoria e morte de defensores, o que deixa a população carente do Estado desprovida de assistência jurídica.

A Defensoria Pública é fundamental dentro de uma democracia, em virtude da garantia do princípio de igualdade, já que o aspecto econômico não constitui obstáculo para a defesa dos direitos fundamentais do cidadão. Por isso, a nomeação dos 135 aprovados deve ser imediata.

Aconteceu

O advogado José Monsueto Cruz foi agraciado na Assembléia Legislativa de Pernambuco com o título de cidadão pernambucano. A solenidade contou com a presença do presidente da OAB-PE, de familiares e amigos do homenageado. O deputado Antônio Moraes foi o autor da proposta.



Na ocasião da celebração dos 178 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o ex-presidente e ex-conselheiro federal Jorge Neves foi agraciado com a Medalha Nunes Machado.



Anuidade: 0% de aumento.
Adimplência 100%: vista essa camisa você também!
Advogado, pague em dia a sua anuidade. Ajude a
construir uma OAB cada vez mais forte.

AATP

A Associação dos Advogados de Pernambuco (AATP) realizou, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, concorrido debate tendo como tema as recentes alterações implementadas no Código de Processo Civil. A palestra ficou a cargo do advogado e diretor da Escola de Advocacia do Recife, Misael Montenegro Filho. Entre os presentes ao

evento, o presidente da AATP, Jefferson Calça, que coordenou os trabalhos; o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho 6ª Região (Amatra), Juiz Edmilson Alves; o presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), Juiz Mozart Valadares; o presidente da Associação dos Peritos Judiciais

de Pernambuco, Flávio Coelho; o presidente em exercício do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PE, conselheiro Djair de Sousa Farias; o secretário da presidência do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Alberto Viana e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajuf), Kátia Albuquerque.

Medalha Mércia Albuquerque

O Colégio Brasileiro da Mulher Advogada, que é atualmente presidido pela sempre dinâmica Conselheira Seccional Almira Nunes, homenageou um total de dez profissionais do Direito que se destacaram ao longo do último ano, com a outorga da Medalha de Mérito Mércia Albuquerque. A solenidade ocorreu no auditório da OAB-PE e os agraciados deste ano foram: a presidente da Comissão de Cidadania da OAB-PE, Fernanda Valéria Nunes; a presidente da Subseção do Cabo de Santo Agostinho, Geny Lyra; a desembargadora federal do TRF da 5ª Região, Mar-



garida Cantarelli; a diretora de Comunicação da Escola Ruy Antunes, Maria Inah Moury Fernandes; a presidente do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, juíza Maria de Lourdes Cabral de Melo; a curadora do TED – Tribunal de Éti-

ca e Disciplina, advogada Maria do Carmo Garmes Pires; os ex-presidentes da OAB-PE, Jorge Neves, Aluísio Xavier e Ademar Rigueira e o atual presidente da entidade, Júlio Oliveira.

Palestra

Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Pós-Graduação em Antropologia Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa, em Portugal, a também escritora e pesquisadora Fátima Quintas proferiu no auditório da OAB-PE palestra tendo como tema "A mulher e o tempo". Saudou a palestrante o vice-presidente da OAB-PE e Diretor-Geral da Escola Ruy Antunes, Eduardo Sertório.



Lançamento de livro

As comemorações pela passagem de mais um 11 de agosto contaram, ainda, com o lançamento da obra "Advogada é desafiada num país rico de povo pobre", de autoria da advogada e escritora Aldina Alves Folha de Carvalho.



Dia do Advogado lembrado com Culto de Ação de Graças



Um Culto de Ação de Graças foi celebrado pelo bispo da Igreja Episcopal Carismática do Brasil, Paulo Ruiz Garcia, no auditório da OAB-PE, que ficou lotado – homenageando o 11 de agosto, Dia do Advogado e de Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Durante a cerimônia, o bispo Paulo Garcia destacou em seu sermão a importância de exercer com consciência a cidadania, focando, sobretudo, na atuação do advogado, cuja missão maior é, a partir de seus conhecimentos, de assegurar a aplicação da justiça na composição dos conflitos, dando a cada um o que é seu.

Missa

Uma missa em ação de graças foi celebrada na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em lembrança por mais um 11 de agosto, marco de fundação dos Cursos Jurídicos no País. Cerca de duzentas pessoas ouviram às palavras do sacerdote, padre Severino Arruda,

que em seu sermão discorreu de modo bastante equilibrado e objetivo acerca da importância da profissão do advogado. Durante a missa, o advogado criminalista e professor Nilzardo Carneiro Leão encantou a todos com emocionada leitura dos Salmos.



Medalha Joaquim Amazonas

Dezoito advogados foram homenageados com a outorga da Medalha Joaquim Amazonas.

Os agraciados jamais tiveram em seus registros profissionais qualquer espécie de anotação de punição por força de processo ético-disciplinar. São eles:

Antônio Carlos Palhares Moreira Reis, Cláudio Fernando da Silva Souto, Darcy



Teixeira da Rocha, Darley de Lima Ferreira, Evandro Borba da Silveira, Fernando de Vascon-



celos Coelho, Francisco de Sales Cardoso Rocha, Genivaldo de Gouveia Marques da Fonseca, Gilton Guedes Pessoa, Giovanni Lyra Mastroanni, Ivanildo Leal de Avelar, José Gildenor de Albuquerque, Luiz Filipe de Albuquerque Maranhão, Marina Flora de Azevedo Ferreira, Mickel Sava Nicoloff, Moacyr Falcão Rodrigues, Nilzardo Carneiro Leão, Octávio de Oliveira Lobo, Olavo de Holanda Cavalcanti, Petrónio Raymundo Gonçalves Muniz e Wellington Ayres de Melo.

**Quarta-feira
9 de agosto**

Caxangá Ágape homenageia personalidades do meio jurídico pelo dia 11 de agosto



o presidente



O Caxangá Ágape, que se auto define como o maior clube informal do Brasil, fez a entrega de um Diploma especial de reconhecimento a um seleto grupo de personalidades do meio jurídico, pela passagem do dia 11 de agosto, durante reunião festiva, sob a presidência do agapiano Jaime Lielson. Foram homenageados, na ocasião: o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira; o ex-presidente da Seccional Octávio Lobo; o ex-tesoureiro do CFOAB, Esdras Dantas; do Instituto dos Advogados de Pernambuco (IAP), João Pinheiro Lins; os advogados Antônio Campos e Marcos Freire Filho (que é pai do conselheiro Seccional Gustavo Henrique Freire); o desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, Carlos Moraes; a vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos, Elda Caldas; além do desembargador do TJPE, Adalberto de Oliveira Mélo.

Advocacia ambiental em destaque

A Comissão do Meio Ambiente da OAB-PE realizou, no auditório da Ordem, palestra tendo como mote o tema: "Advocacia Ambiental: Novos Caminhos para o Desenvolvimento", proferida pelo professor da FDR/UFPE, Terence Dornelles Trennepohl. Na mesa dos trabalhos anotadas as presenças da Secretária-Geral Adjunta da OAB-PE, Rosário Vaz; da presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PE, Ana Rezende; da Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente da OAB-PE, Cristina Costa; e de Telma Gomes, integrante do referido Núcleo.

Balada do jovem advogado



Deixando de lado o terno e a gravata, numa noite pra lá de animada, mais de mil pessoas entraram no ritmo pop rock e dançaram ao som de muita música eletrônica. A festa foi na over point.

Advogados ganham seguro de vida



O benefício veio com o convênio celebrado entre a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco e a seguradora Mongeral. O advogado adimplente passa a ter direito a um seguro de acidentes pessoais e morte, por um ano, no valor de R\$ 10 mil. A partir do próximo mês, a seguradora estará entrando em contato com os beneficiários. O convênio foi assinado pelos presidentes da OAB-PE, Júlio Oliveira, e da Mongeral, Hélder Molina, com a presença de vários diretores da Mongeral, da Seccional pernambucana e de advogados, entre eles Gustavo Krause.

Outorga do Título de Professor Honorário da Escola Ruy Antunes



Foram outorgados com o título de "Professor Honorário da Escola Ruy Antunes", em concorrida solenidade, um total de vinte e três profissionais do Direito, a saber: Adriana Fonte, Alfredo Pinheiro, Amaro José de Araújo, Antônio Gonçalves da Mota Siqueira Neto, Bruno Brennand, Clarissa Marques, Eduardo de Oliveira Leite, Elaine Buarque,

Emanuela Xavier, Emanuelle Beltrão, Eric Castro e Silva, Ivan Rocha, José Maria Silva, Leonardo Camelo, Lúcia Cavalcanti, Marco Aurélio Peixoto, Marcos André Couto Santos, Mozart Borba, Paulo Rodolfo de Rangel Moreira Neto, Rogério Gondra, Sívio Romero Beltrão, Theodomiro Noronha e Thiago Gonçalves.

Jurista debate

"quantum" de alimentos



O advogado paranaense Eduardo de Oliveira Leite, autor de densa e rica produção literária na área do Direito, proferiu, no auditório da OAB-PE, palestra tendo como tema: Alimentos: Contradições e Perspectivas sobre a determinação do "quantum". O palestrante, doutor em Direito Privado pela Universidade Sorbonne, na França, falou para uma platéia lotada, composta por estudantes e profissionais das mais diversas searas do Direito.

Sexta-feira
11 de agosto

IAP lança a sua 3ª Revista Virtual



O lançamento da terceira edição da consagrada Revista do IAP fez parte das comemorações pelo dia 11 de agosto, e traz assuntos os mais diversos de interesse da comunidade jurídica, o que, aliás, é marca registrada sua: conteúdo e

qualidade. Neste terceiro número podem ser consultados ainda o registro fotográfico do Instituto; poesia de Tobias Barreto e hinos. Na solenidade de lançamento estiveram presentes: o presidente do IAP, o conselheiro Seccional João Pinheiro Lins; o presidente eleito do IAP, o conselheiro federal Aluísio Xavier; o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira; o vice-presidente da OAB-PE e diretor-geral da Escola Ruy Antunes, Eduardo Sertório; o ex-presidente do Instituto, Nilton Siqueira; além do desembargador recém-nomeado do Tribunal de Justiça, pelo mecanismo do Quinto Constitucional, Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo.

Palestra

Em seguida, na mesma solenidade, o professor Antônio Carlos Palhares Moreira Reis proferiu palestra tendo como tema: "A Lei de Improbidade Administrativa e a Revogação do Inciso IV do art. 132 do Estatuto do Servidor Federal".



Estudantes de direito debatem ética e o mercado de trabalho

Dando seguimento às comemorações e festividades pela passagem de mais um 11 de agosto para a comunidade jurídica, o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, proferiu no auditório da Faculdade Maurício de Nassau, no Recife, palestra tendo como tema "Novos Mercados, Novos Direitos e a Ética Profissional". Por mais de duas horas, um público expressivo de estudantes e profissionais do Direito tiveram a oportunidade de conhecer mais de perto e se aprofundar em temas cruciais para a atualidade



como o são os da prática jurídica (âmbitos local e federal), novos rumos do mercado de trabalho na área jurídica, desenvolvimento de novos campos profissionais, entre outros.

Meio ambiente, lazer e cidadania

Apesar da chuva, muita gente compareceu à Festa do Verde na Praça do Entroncamento. Na programação, voltada principalmente para as crianças, estavam brincadeiras com palhaços, malabaristas, oficinas de mamulengo, teatro de fantoche e distribuição de várias mudas, entre elas pingo-de-ouro e rosinha. A Comissão do Meio Ambiente da Ordem, que há um ano plantou uma árvore de ipê-roxo no Parque da Jaqueira, no Recife, lembrou que o evento é mais do que um momento de lazer, pois faz parte de um trabalho de conscientização da preservação não só das áreas verdes, como também dos manguezais e rios.



Subseção de Olinda comemora 2º Aniversário



No começo da noite, o presidente da Subseção de Olinda da OAB-PE, Clóvis Bastos, abriu as portas da sede para comemorar, em grande estilo, o segundo aniversário de fundação daquela Casa. Entre os convidados, anotadas as presenças do presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira;

da secretária-geral adjunta, Rosário Vaz; do tesoureiro da Seccional, Edmundo de Lacerda, do vice-prefeito de Olinda, Paulo

Valença; do ex-ministro de Estado, Vilarinho Neto, da juíza titular da 2ª Vara do Trabalho de Olinda, Marta Cantalice, do vereador e advogado, Marcelo Santa Cruz e de vários oficiais da Marinha.

Para o presidente Clóvis Bastos, Olinda, que com muita honra é cidade patrimônio da humanidade e capital brasileira da cultura, precisa a cada dia mais desenvolver novas ações em prol do fortalecimento do Estado Democrático. Para isso, completou o presidente, os 1200 advogados olindenses não se furtarão jamais à responsabilidade que lhes toca nessa tarefa, enquanto agentes garantidores da justiça e do direito à cidadania.



Baile dos advogados

A programação da Semana do Advogado terminou com um grande baile no Clube Internacional do Recife. Ao som da orquestra Aquarius, da banda Nós 4 e embalados por Petrúcio Amorim, mais de dois mil advogados dançaram e se divertiram, num baile que só terminou quando o dia amanheceu.



Advogado, a atualização de seus dados cadastrais e o pagamento de sua anuidade são imprescindíveis. Procure a sede da OAB-PE

Surubim

Surubim terá sede própria da OAB



O lançamento da pedra fundamental para a futura sede da Subseção de Surubim ocorreu no começo do mês de agosto. Num projeto moderno e funcional, o prédio-sede terá auditório, sala dos advogados e sala para atendimento ao cidadão.

O projeto arquitetônico da futura nova sede foi uma doação do ex-presidente da OAB-PE e atual conselheiro federal, Aluísio Xavier. Já o advogado José de Abreu Santos doou dez milheiros de tijolos para a obra.

Palestra

No mesmo dia, o advogado e professor da ESA, Paulo Rodolfo de Rangel Moreira Neto, proferiu palestra sobre o tema "Questões Atuais do Código de Processo Civil", na sede atual da Subseção.



Na ocasião do lançamento da pedra fundamental, a presidente da Subseção, advogada Carlúcia Lapenda, afirmou que assim como a sua missão, à frente do cargo, era a de defender sem tréguas as prerrogativas dos advogados e lutar pelo aperfeiçoamento profissional de cada um deles, tinha como maior sonho o de concluir a construção da futura nova sede. Parabéns a ambos e à Subseção de Surubim, pela conquista.

Afrânio

OAB chega à Afrânio

Circunscrição de Petrolina, com uma população de pouco mais de 15 mil habitantes, Afrânio fica localizado a 833 quilômetros do Recife, na região do alto sertão, quase divisa com o Piauí. São no total 12 horas de viagem, deslocando-se de carro.

No último dia 17 de agosto, naquele Município, a OAB-PE inaugurou, informatizou e climatizou a Sala dos Advogados Defensor Público George Antônio Lei-



te, situada no Fórum da Cidade.

A sala era um antigo pleito da advocacia afraniense e adjacências e finalmente saiu do papel para se tornar uma feliz realidade.

A solenidade foi prestigiada pelo presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira; pelo presidente da Subseção de Petrolina, Wagner Mororó; pelo Juiz da Comarca, Iure Pedroza Menezes; pela representante do Ministério Público, Ana Paula Nunes Cardozo e pela chefe da Defensoria Pública, Isabel Alice Macedo, além do vice-prefeito Oswaldo Cavalcanti, do presidente da Câmara de Vereadores, Raimundo Ferreira Cavalcanti Júnior e da viúva do homenageado, Márcia Leite.



PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

FGV

DIREITO RIO

PROFESSORES E MATERIAIS ESCOLARES EXCLUSIVOS

A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas - Direito Rio, com o objetivo de ofertar ao País um inovador conceito de ensino jurídico - tendo seu programa aprovado pela OAB e pelo MEC com grau máximo em todos os quesitos -, criou um novo paradigma na transmissão do conhecimento do Direito no Brasil. Um curso diferenciado para profissionais diferenciados.

2º SEMESTRE 2006

Direito Empresarial

Informações

(81) 2128.8000
www.cbpe.com.br

CBPE

NOVO ENDEREÇO:
AFOGADOS
Estrada do Bongü, 425



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Escola Ruy Antunes - Programação Outubro - 2006

2 e 4 (Segunda e Quarta)

Grupos de Estudo
 18h30 - RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO
 Paulo Rodolfo Rangel Neto
 Advogado Especialista em Processo Civil

3 e 5 (Terça e Quinta)

Oficina de Petições
 14h30 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
 Ricardo Soriano
 Advogado e Conselheiro da OAB-PE

7 (Sábado)

Curso de Preparação Prática para a Advocacia
 9h - A ATUAÇÃO DO ADVOGADO: ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA
 Antônio Mário Pinto de Abreu
 Advogado e Ex. Vice-Presidente da OAB

9 e 11 (Segunda e Quarta)

Grupos de Estudo
 18h30 - RECURSOS TRABALHISTAS
 Jefferson Calaça
 Advogado Especialista em Direito do Trabalho

16 e 18 (Segunda e Quarta)

Grupos de Estudo
 18h30 - TRIBUNAL DO JURI
 Gustavo Freire
 Advogado e Conselheiro da OAB-PE

17 e 19 (Terça e Quinta)

Oficina de Petições
 14h30 - AÇÃO DE USUCAPIÃO
 Consuelo Callou
 Advogada

21 e 28 (Sábados)

Curso

9h - RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR

Carnot Leal Nogueira
 Advogado, Engenheiro Civil, Perito Judicial.
 M.Sc. e Ph.D. em engenharia estrutural pela Universidade do Colorado, EUA.

23 e 25 (Segunda e Quarta)

Grupos de Estudo
 18h30 - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA
 Antônio Renato Rocha
 Advogado e Conselheiro da OAB-PE

24 e 26 (Terça e Quinta)

Oficina de Petições
 14h30 - JUIZADO ESPECIAL - PENAL
 Mariângela Pereira
 Advogada e Professora Universitária

Serão conferidos certificados

INFORMAÇÕES: (81) 3224-7282 e 3224-2425 / E-mail: secretariaesa@oabpe.org.br

Saúde é causa grande e a CAAPE sabe muito bem disso.

Se você está inscrito na seccional e com anuidade em dia, marque sua consulta pelo 81 3231.4121.

AMBULATÓRIO MÉDICO

CARDIOLOGIA Dr. Roberto de V. C. Campello

3ª e 4ª Feira - 14h a 18h

CLÍNICA Dr. Vicente L. V. da Costa

4ª Feira 12h a 15h | 5ª Feira 11h30 a 14h30 | 6ª Feira 12h a 14h

GINECOLOGIA Dra. Martia Carolina de O. Pinto

3ª Feira - 14h a 18h | 5ª Feira - 8h a 12h

GERIATRIA Dra. Ana Maria Wanderlei

2ª Feira - 12h a 14h | 6ª Feira - 8h a 14h

PROCTOLOGIA Dr. José Figueiroa Filho

2ª e 4ª Feira - 8h a 12h

OFTALMOLOGIA Dr. Romulo C. de C. Belfort

2ª e 6ª Feira - 9h a 13h

AMBULATÓRIO ODONTOLÓGICO

DENTÍSTICA Dra. Ana Cristina U. M. Soares

2ª, 3ª, 4ª e 6ª Feira - 8h a 11h | 5ª Feira - 14h a 17h

ODONTOPEDIATRIA E DENTÍSTICA Dra. Patrícia F. A. Massa

2ª e 3ª Feira - 13h a 18h | 5ª Feira - 8h a 13h

PERIODONTIA E ENDODONTIA Dra. Romeika V. Neves

2ª Feira - 8h a 13h | 4ª e 6ª Feira - 13h a 18h

BUCCO MAXILO, DENTÍSTICA, ENDODONTIA, PERIODONTIA E ODONTOPEDIATRIA Dra. Cibelle C. Cavalcante

4ª, 5ª e 6ª Feira - 8h a 13h



Combate à advocacia aparente

Aristoteles Atheniense

Vice-presidente do Conselho Federal da OAB

Devido à comprovada participação de maus advogados nas insurreições havidas em presídios paulistas em maio passado, questionou-se a posição que o Conselho Federal da OAB assumiria em relação aos seus filiados comprometidos com aquele trágico episódio.

Encontrava-me no exercício transitório da presidência nacional, devido à viagem do presidente Roberto Busato à Espanha, representando a advocacia brasileira em simpósio realizado naquele país.

Em dois dias concedi inúmeras entrevistas a jornais, a emissoras de rádio e televisão e a agências de notícias do exterior, que reclamavam pronta manifestação da OAB sobre o pronunciamento do atual governador paulista, Cláudio Lembo, que verberara os advogados traficantes por fomentarem o plano posto em prática nas penitenciárias, que culminou com a morte de dezenas de agentes.

Ressaltei, desde logo, que não transigiríamos com a denunciada cooperação de advogados a malfeitores.

Jamais considere advogados, na exata acepção da palavra, na forma estabelecida na Constituição Federal (art. 133) e em face do art. 7º do Estatuto da Advocacia (Lei 8906/94), aqueles que se acobertam sob esta qualificação. Não havia, pois, como condescender com este conluio vergonhoso, admitindo que os infratores assim procediam resguardados pela lei que rege a profissão.

Vejo, agora, com justificada satisfação pessoal, que as palavras emitidas por mim durante aquela convulsão estavam – como estão – em perfeita sintonia com o pensamento do presidente Roberto Antônio Busato: não me excedi em sustentar que advogado é advogado, bandido é bandido, sem que se possa confundir um com o outro. Em 19 de julho, na inauguração da nova sede da OAB paranaense, Busato foi categórico ao afirmar: “O que estiver fora da

ética, da lei e da decência, não é advocacia. É banditismo, e como tal deve ser tratado”.

Consciente de que toda punição deve ser precedida do devido processo legal, com amplo direito de defesa, acrescentou que os procedimentos cabíveis contra esses infratores estão previstos na lei federal. Assim, torna-se inviável, presentemente, a adoção de punições mais graves sem que antes seja modificada a lei federal que disciplina esse comportamento.

A seu ver, a mera suspensão preventiva por 90 dias é insuficiente, favorece a impunidade, devendo ser estendida para além daquele prazo. Segundo Busato, havendo má-fé do litigante e, em se tratando de profissional delinquente, torna-se indispensável que este receba punição consoante a gravidade da falta cometida. Como defensores não só da classe, mas de toda a sociedade civil, temos que dar o exemplo e “não vamos compactuar com a impunidade, sobretudo neste momento de tantos sobressaltos e sofrimentos para o povo brasileiro”.

Uma vez que a OAB “tem exercido vigilância severa sobre os governantes”, credenciou-se a exercer um honroso papel de sentinela da sociedade, devendo permanecer, permanentemente, à altura desse papel. Pois, como diz aquele princípio clássico do cristianismo, “seremos (estamos sendo) medidos pelo mesmo metro que medirmos”. Estas oportunas advertências eliminam de vez a possibilidade de fazermos vista grossa a esses falsos advogados, que deslustram o mandato recebido, identificando-se os transgressores que se acumpliciaram.

Sustentar o contrário do que Busato corajosamente afirmou, tendo como pretexto o direito de defesa assegurado pela Constituição, importa em deslavada hipocrisia. A sociedade cobra-nos ética não somente em palavras vãs, mas no exercício consciente e sério da profissão que elegemos. E não podemos decepcioná-la.

Vitória na Justiça:

TRF da 5ª Região garante acesso de advogados aos autos de inquérito que tramitam em sigilo

As prerrogativas dos advogados buscam garantir os direitos dos cidadãos entre eles o sagrado direito de defesa. Entretanto, não é de hoje que se registram tentativas de mitigar as prerrogativas profissionais dos advogados. Muitos sustentam que não existem direitos absolutos ou prerrogativas inatingíveis.

Para justificar a violação das prerrogativas dos advogados os argumentos são os mais variados. Atualmente, o que mais tem sido utilizado pelas autoridades é o de que garantir os direitos plenos dos advogados frustrará a eficiência de uma investigação ou inquérito policial; outras porque a sua restrição implicará na redução de crimes, sem que, no entanto, os Poderes Executivo e Legislativo tomem medidas eficazes contra a delinquência, que se tornou um problema de âmbito nacional.

Essa realidade também chegou ao nosso Estado. Recentemente, o Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco

negou o acesso a autos de inquérito criminal que tramita perante a Polícia Federal a advogados legalmente constituídos pelos seus clientes, que foram intimados para prestar depoimento perante a autoridade policial.

Na oportunidade, entendeu o Juízo da 13ª Vara Federal "que o direito do advogado de ter acesso aos autos de inquérito policial não é absoluto nem ilimitado, não há mácula na decisão que, fundamentadamente, nega o acesso a inquérito policial que tramita sigilosamente".

Os advogados que tiveram seus direitos cerceados, com a orientação da OAB-PE, impetraram mandado de segurança junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, obtendo decisão favorável.

O TRF da 5ª Região, em decisão unânime da Primeira Turma, reconheceu que "constitui direito do advogado o acesso a autos de inquérito criminal perante a autoridade poli-

cial, inclusive os gravados com sigilo", invocando a regra dos artigos 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal e 7º, inciso XIV, do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906/94). O entendimento manifestado pelo tribunal está em consonância com reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cite-se: HC 82354, HC 86059, HC 84.009 e HC 87.619; e do próprio TRF da 5ª Região, cite-se: MSTR 85679/CE e MSTR 86980/PE.

A decisão de garantir o acesso dos advogados aos autos do inquérito criminal que tramitava em sigilo resgatou a dignidade daqueles profissionais e lhes garantiu a possibilidade de exercer com plenitude o mandato que lhes foi outorgado pelos seus clientes (prerrogativas profissionais), assim como o amplo direito de defesa, contraditório e devido processo legal, obviando prejuízo que, do cerceamento deles, pudesse advir para os seus constituintes.

OAB-PE na defesa dos advogados: regulamentação da visita de advogados a presos

O Presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, se reuniu na segunda-feira, 14 de agosto, com os integrantes da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (CDAP) e da Promotória de Defesa das Prerrogativas dos Advogados (PDPA), Gustavo Matos e Eliane Maranhão, para tratar da uniformização nos horários de visitas e o ingresso dos advogados nas unidades prisionais do Estado de Pernambuco.

A CDAP e a PDPA apresentaram um levantamento que aponta um alto grau de insatisfação dos advogados, que enfrentam problemas para se encontrar com os seus clientes, tais como: falta de condições adequadas para conversa reservada nos parlatórios, lentidão no cumprimento de alvarás de soltura etc, que vêm causando enormes transtornos aos advogados no exercício profissional.

A OAB-PE vem cobrando soluções das autoridades competentes e, recentemente, a Procuradoria Consultiva da Procuradoria Geral do Estado proferiu o parecer nº 66/2006, encaminhado à Seccional da OAB-PE por meio do Ofício nº 210/2006/GAJ, opinando pelo reconhecimento da legalidade da Portaria SEJUC nº 304/2001 que impõe restrições à atuação dos advogados, notadamente quanto à vigência do art. 7º, inciso VI, "b", da Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), que garante o livre ingresso dos advogados nas delegacias e unidades prisionais, mesmo fora da hora do expediente.

A CDAP e a PDPA estudaram o assunto

e divergiram frontalmente das conclusões tomadas no parecer nº 66/2006 da Procuradoria Consultiva da Procuradoria Geral do Estado. O assunto foi tratado com o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, que ratificou o entendimento de que: "As prerrogativas dos advogados, de exercer sua profissão com independência e liberdade, de ver respeitado o sigilo profissional, de ter direito a comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, não podem ser mitigadas por simples portaria, que não tem efeitos sobre dispositivo constante do Estatuto da Advocacia e da OAB, que é uma Lei Federal (art. 7º, inciso VI, b). As prerrogativas dos advogados buscam garantir direitos fundamentais do cidadão, sendo, portanto, irrenunciáveis".

Não é demais lembrar os tempos negros da ditadura, quando muitos cidadãos foram instados a confessar crimes que não cometeram, sendo levados a se auto-incriminarem. Para essas pessoas sempre restou a coragem dos advogados como únicos defensores contra as arbitrariedades patrocinadas pelo Estado de exceção, lutando pelos direitos individuais e, em muitos casos, arriscando suas vidas em prol da defesa e liberdade dos seus clientes.

Os direitos dos advogados, muitas vezes confundidos com regalias, são, na ver-

dade, garantias fundamentais do homem, definidas como uma limitação imposta pela soberania popular aos poderes constituídos do Estado que dela dependem, servindo para designar, no plano do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual para todas as pessoas. Entre esse qualificativo de fundamentais acha-se o direito à ampla defesa que, por sua vez, só será pleno se o advogado puder exercer o seu múnus público com independência e liberdade.

A imposição de limites à atuação profissional do advogado, como pretende a Procuradoria Geral do Estado, negando vigência ao direito contido no art. 7º, VI, "b", do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906/04) por meio de simples Portaria da Secretaria de Justiça, nº 304/2001, atenta contra as prerrogativas dos advogados e merece uma análise mais aprofundada por parte daquele Órgão Consultivo.

Para tanto, a OAB-PE promoverá diligências junto ao Governo do Estado para estudar a questão de forma ampla, com a participação de toda a sociedade, incluindo especialistas em políticas públicas de segurança, entidades de direitos humanos, da Defensoria Pública, dos advogados etc, possibilidade desde já admitida pelo estado de Pernambuco, a fim de garantir o direito contido na regra do art. 7º, inciso VI, "b", do Estatuto.

Relação das Subseções



Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190
Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140
Araripina (87) 3873-0457
Presidente: Éris Freire (87) 9995-2196
Arcoverde (87) 3821-0457
Presidente: José Maria de Araújo
Barreiros (81) 3675-1251
Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9986-1139
Belo Jardim (81) 3726-2283
Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4980
Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042
Presidente: Geny Lyra (81) 8801-3125
Carpina (81) 3621-0234
Presidente: Jorge Lapa (81) 9617-2086 // 9112-9750
Caruaru (81) 3721-0459
Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480
Garanhuns (87) 3761-1478
Presidente: Luiz Jardim (87) 9988-3721
Goiana (81) 3626-0805
Presidente: Cândido Ferreira Lima (81) 9112-6130
Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987
Presidente: Fernando Araújo (81) 9977-3028
Limoeiro (81) 3628-1002
Presidente: Francisco Vasconcelos (81) 9972-2196
Olinda *fone/fax* (81) 3439-6705
Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676
Palmares (81) 3662-2180
Presidente: Dora Melo (81) 9109-1781
Paulista (81) 3433-0825
Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951
Pesqueira (87) 3835-3011
Presidente: Helder Valença (87) 9921-9421
Petrolândia (87) 3851-1168
Presidente: José Dantas (87) 9991-5266
Petrolina (87) 3861-2400
Presidente: Wagner Mororó (87) 9998-1893
Salgueiro (87) 3871-0516
Presidente: Péricles Rosa Soares (87) 9995-4321
Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518
Presidente: Roberto Soares (81) 9205-9412
Serra Talhada (87) 3831-2333
Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728
Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885
Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 9175-5807
Timbaúba (81) 3631-0181
Presidente: Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496
Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008
Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

Van Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

9h20	OAB-PE	JUSTIÇA DO TRABALHO OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	JUSTIÇA DO TRABALHO PAULISTA
10h10	JUSTIÇA DO TRABALHO PAULISTA	JUSTIÇA DO TRABALHO OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
10h40	JUSTIÇA DO TRABALHO OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	OAB-PE (CIRCULAR TRF)
12h	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
12h30	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
13h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)
14h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE
14h30	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
14h50	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
15h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)
16h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE
16h30	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
16h50	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
17h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA
18h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE

Van Linha Sul (Recife/Jaboatão/Cabo/Ipojuca)

9h	OAB-PE	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
10h20	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO	JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA
11h30	JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
12h10	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
12h50	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO	OAB-PE
14h30	OAB-PE	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE
15h	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS
15h15	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS	FÓRUM JABOATÃO
15h30	FÓRUM JABOATÃO	FÓRUM CABO
16h10	FÓRUM CABO	FÓRUM JABOATÃO
16h45	FÓRUM JABOATÃO	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE
17h	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS
17h15	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS	OAB-PE

Van Linha Recife - Caruaru

6h	CENTRO - CARUARU	ENC. SÃO JOÃO
6h20	ENC. SÃO JOÃO	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL
6h30	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL	GRAVATA - RODOVIÁRIA
7h10	GRAVATA - RODOVIÁRIA	POMBOS - POSTO ASA BRANCA
7h30	POMBOS - POSTO ASA BRANCA	VITÓRIA - RODOVIÁRIA - POSTO BR
7h45	VITÓRIA - RODOVIÁRIA POSTO BR	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA
8h5	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
8h30	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
10h	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
11h	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
12h30	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
13h	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
14h	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
14h30	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
16h30	OAB-PE - RECIFE	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA
17h5	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA	VITÓRIA - RODOVIÁRIA - POSTO BR
17h25	VITÓRIA - RODOVIÁRIA POSTO BR	POMBOS - POSTO ASA BRANCA
17h40	POMBOS - POSTO ASA BRANCA	GRAVATA - RODOVIÁRIA
17h50	GRAVATA - RODOVIÁRIA	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL
18h5	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL	ENC. SÃO JOÃO
18h15	ENC. SÃO JOÃO	CENTRO - CARUARU

OAB-PE Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP 50.010-240 - S. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424-1012

Horário da Van Recife I

10h	OAB-PE / TRT	TRT
10h30	TRT	OAB-PE
12h	OAB-PE / TRT	FÓRUM RECIFE
12h30	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
14h50	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
15h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
16h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
16h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
16h50	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
17h40	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
18h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE

Van Recife I - Especial sexta-feira

09h30	OAB-PE / TRT	JUSTIÇA FEDERAL
10h30	JUSTIÇA FEDERAL/TRT	OAB-PE
12h	OAB-PE / TRT	FÓRUM RECIFE
12h30	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
16h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
17h	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
17h30	FÓRUM RECIFE	OAB - PE

Horário da Van Recife II

9h20	OAB-PE / TRT	TRT Sudene
10h20	TRT Sudene	OAB-PE
12h15	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
12h45	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h45	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
15h05	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
15h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
16h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
17h05	OAB-PE	JUSTIÇA FEDERAL
17h55	JUSTIÇA FEDERAL	OAB - PE

Van Recife II - Especial sexta-feira

09h	OAB-PE / TRT/ JUSTIÇA FEDERAL	TRT Sudene
09h50	TRT Sudene	JUSTIÇA FEDERAL/TRT/OAB-PE
12h15	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
12h45	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h45	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
16h15	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
16h30	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
17h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE